

PREFÁCIO

Luis Tomé

Este é um livro deveras importante: pelo interesse e actualidade do tema geral, pela problemática particular e multifacetada que envolve portugueses e Portugal, pela investigação que lhe está subjacente e pelo contributo de informação e consciencialização de um fenómeno grave que tardou em ser assumido e reconhecido. O terrorismo de tipo *jihadista* é uma das ameaças mais perigosas para a nossa segurança, na Europa e também em Portugal. E é talvez a mais complexa, a mais difusa e a mais difícil de combater. A gravidade desta ameaça atinge agora uma dimensão sem precedentes, em virtude dos milhares de europeus que partiram, e/ou pretendem partir, para palcos de conflito jihadista como a Síria ou, mais recentemente, o auto-proclamado “Estado Islâmico” (EI).

O fenómeno de “combatentes estrangeiros” jihadistas é há muito conhecido em cenários como a Bósnia, o Kosovo, a Chechénia, o Afeganistão, o Iraque, o Líbano, o Iémen ou o Mali, palcos onde foram referenciados muitos cidadãos europeus e outros “Ocidentais”. Mas nunca como na Síria se envolveram tantos combatentes europeus. Inicialmente, para lutar contra o regime autocrático de Bashar al-Assad: desde que começou a guerra civil na Síria, em 2011, foram partindo às dezenas e depois às centenas para enfileirarem grupos muito diversos nos seus propósitos, das brigadas do Exército Livre da Síria aos jihadistas da Frente al-Nusra ou do ISIL (Estado Islâmico na Síria e no Levante) - durante algum tempo, diga-se, num processo facilitado pelo alheamento das autoridades europeias. Depois, para integrarem as fileiras do “Estado Islâmico” - proclamado no final de Junho de 2014 pelo alegado *Califa Ibrahim*, Abu Bakr al-Bagdadi -, oriundo do antigo ISIL e ocupando vastas parcelas de territórios da Síria e também do Iraque. O terrorismo jihadista passou, então, a ter uma base territorial e uma nova “marca”, em disputa com a convencional Al-Qaeda, acentuando o efeito de “íman” para jihadistas de todo o mundo, designadamente europeus – entre os que combatem pelo EI e os membros de outros grupos na Síria e no Iraque, estarão actualmente cerca de 3500 europeus (ou seja, o dobro dos que estariam na Síria no final de 2013), provenientes de pelo menos vinte países, incluindo França, Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Itália, Grécia, Dinamarca, Suécia, Eslováquia, Rep. Checa, Irlanda, Bulgária, Lituânia, Bósnia-Herzegovina, Albânia, Macedónia, Espanha e também Portugal. Aliás, precisamente para melhor contextualizar os leitores, Hugo Franco e Raquel Moleiro sentiram a necessidade de explicar “Pistas sobre o Estado Islâmico” e de descrever a barbárie cometida no seu âmbito (p.ex, “O vídeo que abalou o Ocidente”).

É, sobretudo, a dimensão portuguesa deste fenómeno que os autores nos apresentam neste livro, de forma sistematizada, e na sequência dos seus trabalhos e artigos no *Expresso*. Numa investigação ampla e sensível ao longo de quase um ano, Hugo Franco e Raquel Moleiro procuraram nomes e percursos que, como os próprios referem na Introdução, preenchessem os silêncios e a rarefacção dos dados oficiais. E conseguiram traçar o perfil de mais de uma dezena de jihadistas portugueses, incluindo da “brigada dos lusodescendentes” ou o “quinteto de Leyton-Londres”. Com base em pistas officiosas, em informações recolhidas directamente nas redes sociais, múltiplos testemunhos e até contactos com alguns desses jihadistas, os

TOMÉ, Luis (2015). “Prefácio” in Hugo FRANCO e Raquel MOLEIRO, *Os Jihadistas Portugueses*. Lisboa, Lua de Papel: 11-15.

autores retratam uma realidade multiforme, com percursos de vida, de radicalização e de recrutamento diversos, incluindo alguns que passaram de recrutados a recrutadores e operacionais logísticos. Ao longo dos sucessivos capítulos, revelam ainda as motivações dos jihadistas portugueses, as suas actividades e certos destinos, nalguns casos, a morte “em combate”.

A ameaça proveniente deste fenómeno é evidente e séria, desde logo, pelo risco de regressarem à Europa e a Portugal como elementos do movimento jihadista global, depois de terem recebido doutrinação, treino operacional (desde o manuseamento de armas e explosivos ao planeamento de operações) e experiência de combate, com ligações estreitas a grupos e indivíduos terroristas. Rapidamente se percebe o perigo que tal significa. É certo que radicalização e recrutamento são fenómenos conceptualmente distintos; também é verdade que nem todos os “combatentes estrangeiros” na Síria e no Iraque são jihadistas e nem todos os “jihadistas” são terroristas. Alguns dos regressados, ou que vierem a regressar, podem estar convictamente desencantados e até ser úteis para as informações e/ou a contra-propaganda. Mas mesmo nos casos dos arrependidos e daqueles que regressam sem motivação para o jihadismo terrorista aqui na Europa, há os riscos associados à exposição à violência, à desordem pós-traumática, à depressão ou ao desenquadramento social. Tal como há o risco, quando não de planearem e executarem aqui atentados, pelo menos de desenvolverem actividades propagandísticas, recrutamento e financiamento do terrorismo, bem como de envolvimento com grupos criminosos e em actividades criminosas e violentas. Como distinguir os muitos e diferentes casos? A resposta não é unívoca e requer múltiplas abordagens, mas passa certamente por identificar e acompanhar os sujeitos e um melhor entendimento do fenómeno. A realidade é que, às células plantadas de grupos jihadistas transnacionais, aos terroristas provenientes de fora da Europa e àqueles que se tornaram “europeus” por via de processos de nacionalidade oportunista ou fraudulenta, somam-se agora os “jihadistas espontâneos” auto-radicalizados, nascidos e criados aqui na Europa. À propaganda e ao recrutamento nas mesquitas, nas “madrassas” e nas prisões soma-se, entretanto, a propaganda, a radicalização e o recrutamento via internet e redes sociais virtuais – este é, aliás, o campo principal de pesquisa de Hugo Franco e Raquel Moleiro no encalço dos jihadistas portugueses. A ameaça é, pois, mais grave e também mais difusa e complexa – também sobre isto os autores reflectem, em particular, no capítulo “As ameaças que nos esperam”.

Face às proporções deste fenómeno, o próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, em 24 Setembro de 2014, uma Resolução onde expressa «grande preocupação com a ameaça grave e crescente provocada por combatentes terroristas estrangeiros» e apela a todos os Estados para redobram os esforços e cooperarem para travarem a ida de nacionais seus para cenários de conflito e/ou associarem-se a grupos terroristas. Igualmente conscientes do facto dos jihadistas europeus constituírem uma ameaça para a segurança interna da UE, as autoridades europeias e os governos dos Estados Membros têm estado a adoptar orientações e medidas visando concretamente este fenómeno, em particular desde 2013, e reforçadas após os atentados em Paris, em 7 de Janeiro de 2015. Entre as muitas propostas, incluem-se: aprofundar o entendimento do fenómeno; apertar a vigilância das redes sociais e maior cooperação com a indústria da Internet a fim de remover conteúdos extremistas, criando

TOMÉ, Luis (2015). “Prefácio” in Hugo FRANCO e Raquel MOLEIRO, *Os Jihadistas Portugueses*. Lisboa, Lua de Papel: 11-15.

contradiscursos eficazes; punir e penalizar a apologia do terrorismo e do extremismo violento, bem como a intenção de se juntar a grupos terroristas e de planejar ou praticar crimes correlacionados; impedir deslocações para associação a grupos terroristas, detectar e monitorizar as viagens para e desde palcos de conflitualidade jihadista e travar o regresso de extremistas e de veteranos jihadistas, designadamente com reforço dos controlos nas fronteiras externas da UE e do espaço Schengen e com registo de identificação dos passageiros aéreos; intensificar o combate às múltiplas formas de financiamento do terrorismo; medidas de acompanhamento e monitorização dos regressados; o reforço dos recursos humanos e tecnológicos; a implementação de directivas anteriores e reforço do arsenal legislativo anti-terrorismo; envio de “consultores de segurança” para representações europeias em zonas sensíveis; aprofundar e aperfeiçoar a partilha e o intercâmbio de informações; reforçar a cooperação entre países e serviços europeus e a colaboração com parceiros estratégicos; etc.

Portugal, membro da ONU, da NATO e da UE, fronteira natural da União e do Espaço Shengen, e membro da coligação internacional contra o “Estado Islâmico”, não ficou nem podia ficar alheado desta ameaça e daquelas orientações internacionais e europeias. Daí as alterações legislativas em curso, incluindo ao Código do Processo Penal e à Lei da Nacionalidade, bem como a criminalização da “apologia do terrorismo e do extremismo” e a “intenção de prática de crime” quando este diz respeito a esse tipo de actividades. Além disso, Portugal está finalmente em vias de adoptar uma estratégia contra-terrorista e contra-radicalização (talvez devessem ser separadas), reforçando também os controlos sistemáticos das fronteiras, da internet e das deslocações e comunicações, bem como a cooperação entre forças de segurança e serviços de informações e a cooperação com parceiros e aliados.

Facto é que, apesar de algumas “vantagens” comparativamente a outros países europeus (periferia e distância geográfica, pequena comunidade islâmica e relativamente bem integrada e vigilante, baixa percentagem de extremistas referenciados), há portugueses entre os “combatentes estrangeiros” no Iraque e na Síria e Portugal é tanto um alvo para a radicalização e o recrutamento jihadistas como uma plataforma de trânsito para outros jihadistas a caminho, ou no regresso, do Estado Islâmico. É isto que este livro atesta sem ambiguidades, e num formato pouco vulgar no nosso país, o jornalismo de investigação. Com conhecimento e credibilidade, o contributo dos autores é, pois, precioso e significativo para a informação e a consciencialização acerca dos jihadistas portugueses – afinal de contas, o primeiro elemento da luta anti-terrorista e do travão à ida para palcos jihadistas é um “melhor entendimento do fenómeno”. Também por isso, este trabalho de Hugo Franco e Raquel Moleiro merece a nossa atenção e o nosso reconhecimento.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2015

Luis Tomé

Professor Associado da Universidade Autónoma de Lisboa - Departamento de Relações Internacionais
Coordenador Científico do OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores
Professor Visitante da Middle East Technical University (METU), Ankara-Turquia